

Praça, Supremo, cemitério¹

Milton Hatoum



Praça São Sebastião/Teatro Amazonas.

¹ Este texto foi publicado originalmente no hors-série do volume 3 da *Revista Rosa*, em 1/6/2021.

(Créditos da imagem: Acervo Marcel Gautherot/Instituto Moreira Salles)

Um dos lugares da minha infância é a praça de São Sebastião, no centro de Manaus. Nas cidades onde vivi, no Brasil e no além-mar, os sons, mais que a arquitetura e o espaço urbano, me acordavam a qualquer hora da noite ou assombavam minha memória em noites insones: sons do sino da única torre da igreja de São Sebastião, acordes de uma Serenata de Schubert durante um recital de piano no Teatro Amazonas, vozes de curumins empinando papagaio ao redor do Monumento à Abertura dos Portos, com seus barcos de bronze que simbolizam quatro continentes.

No fundo de cada barco navegávamos pela África, Europa, América e Oceania, e nessas viagens imaginárias íamos de um corpo a outro, de um continente a outro. O tempo era um repique grave-agudo entre risadas, e o espaço, um pequeno porão de prazer e fantasia.

O fim da inocência coincidiu com a partida de outras viagens. Era o abril do sinistro 1964, quando nossas fantasias e sonhos foram lançados brutalmente em outros porões. Naquele outono quente de Manaus, a matriarca da casa tentava descobrir o destino de um filho que fora preso, e depois conduzido algemado à capital do país. O voo da morte ou do exílio, diziam os mais velhos. Me lembro do olhar tenso e indignado da matriarca, e de seu empenho em provar a inocência do filho encarcerado; me recordo de duas palavras inúteis — *habeas corpus* — na petição redigida por advogados e enviada ao Supremo Tribunal Federal.

Duas décadas de infâmia se passaram, e um novo tempo, envelhecido e ultrajante — este presente — reencena um outro pesadelo. A praça, hoje nomeada Largo de São Sebastião, é um círculo seco, sem jardim, sombreado em seu contorno por vinte e sete oitizeiros, cujas copas eram podadas por jardineiros com pendor de geômetras.

Na foto de Marcel Gautherot, poucas pessoas, diminuídas pela distância, são visíveis. O fotógrafo deu ênfase às ondas pretas e brancas do piso, cuja forma sinuosa precipita-se ao monumental Teatro Amazonas, bem no centro da imagem. Lá no fundo, uma fatia da fachada do Palácio da Justiça é irrelevante diante da magnitude do templo da ópera e da dramaturgia. O dia está nublado, mas a cúpula do teatro é recortada por nuvens menos escuras, em parte iluminadas, ou levemente acinzentadas. O teatro, ícone arquitetônico da civilização ocidental em Manaus, divide o céu em regiões de luz e sombra.

Mas de repente apareceu um cenário na foto de Gautherot, como uma pincelada forte e fantasmal feita por outro artista. Esse cenário estranho, que rompeu o traçado original da praça, é a sala de sessões de julgamento do Supremo Tribunal Federal: uma sala sem magistrados, vazia, sem teto, austera e silenciosa. A foto original de Marcel Gautherot data de 1966; a nova imagem é de 2021. São tempos e contextos diferentes, mas há um diálogo secreto entre eles. O segredo talvez seja o silêncio. O silêncio e a censura impostos pela ditadura espelham o palco mudo ou emudecido da atual cúpula do judiciário.

Só recentemente alguns membros do plenário recuperaram a fala e a letra da lei. Mas, há poucos anos, precisamente na noite de 31 de agosto de 2016, o plenário do Supremo poderia ter encarcerado um deputado federal, o apologista da tortura e da ditadura que afrontou a Constituição Brasileira. Não foi a primeira, nem terá sido a última afronta ao Supremo e ao Estado de Direito democrático. No entanto, o silêncio daquela noite foi fatal: a grande cena de abertura do teatro do terror. O ogro irascível, destruidor, filho bastardo de baixas e altas patentes dos porões da violência e da morte, foi ao encontro de milhões de seguidores e comparsas.

Tamanho silêncio, com sua covardia implícita, resultou neste tempo de catástrofe, de tantas mortes e agonia, de banimento da cultura e das artes, de mentiras criminosas em profusão.

Na imagem reinventada, o árido décor jurídico aprofunda e multiplica o vazio, em contraste com o movimento e a vibração das ondas do piso. Parecem ondas que emitem sons humanos, e não badaladas do sino solitário da minha infância. Não seriam as vozes e os gritos de ancestrais dos curumins e cunhantãs que brincavam comigo? Esse clamor vem dos alicerces da praça, da igreja, do teatro, do monumento, de toda a cidade. Clamor do fundo dos rios, aterrados pela missão civilizadora. Protestos dos que vêm sendo humilhados, assassinados e enterrados nos cemitérios indígenas de Manaus. Essas vozes subterrâneas clamam por justiça.